

mesma proposta possa ser qualificada como exequível para uma empresa e mereça enquadramento distinto para outra.

Registra-se, mais uma vez e quantas vierem a ser necessárias – a Comissão Especial vistoriou *in loco* as notas fiscais da recorrente, que esta possui produção própria – inclusive possui fazenda – possui tantos quantos forem necessários os Atestados de Capacidade Técnica que comprovam o atendimento compatível com o objeto do certame e, par disso, resta evidente a inexistência de prova para ocasionar “Perda de Confiança” simplesmente porque a administração acreditou que preço seria muito baixo.

Ora, Excelências, o que é preço justo para um prato-feito? Qual o critério utilizado para simbolizar Perda de Confiança? Arbitrariedade maior não há.

Diante da comprovação de que os preços ofertados pela Frango Mais MC LTDA são perfeitamente exequíveis, afasta-se de pronto o alegado “perda de confiança”.

DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL – BALANÇO PATRIMONIAL

Outra questão que deve ser levantada diz respeito a vida patrimonial da empresa que, conforme balanço já anexado nos autos, conclui-se que é sólida.

Isto é, a solidez empresarial aliada a demonstração de que o preço é exequível formulam elementos circulares pela satisfação e cumprimento das regras Editalícias.

Portanto, a Recorrente declara que é capaz de cumprir integralmente o objeto licitado pelo preço ofertado.

A Doutrina de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Edição. 2012. Página 754), no ensina o seguinte:

Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa.

Ora, nos termos da Doutrina de FILHO, Marçal (2012), e levando-se em consideração a documentação fiscal exposta nos autos, pelo ato de revogação, leva a crer que a Administração Pública deseja realizar uma contratação que lhe será mais onerosa, ferindo o critério de julgamento da modalidade pregão, que é a opção pela de menor preço.

Não cabe a esta Administração (ou qualquer outra) alegar perda de confiança por causa do valor mais aquém da estimativa, especialmente porque ficou demonstrado pela própria Comissão que inexistente qualquer elemento que possa evidenciar em ineficácia ou fato que justifique a não contratação.

PORTANTO, PELA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, ESPECIALMENTE PELA